

A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula

TATIANA BERRINGER

Curitiba: Appris, 2015, 236p.

Pedro Henrique de Moraes Cicero*

Ao publicar *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*, Tatiana Berringer, docente do bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC, colabora de maneira significativa para o fortalecimento dos exercícios acadêmicos que se propõem a analisar a política externa brasileira a partir dos fundamentos teóricos marxistas. Trata-se, nesse sentido, de um esforço que, em linhas gerais, busca identificar a maneira pela qual os interesses das classes e frações de classe configuraram a posição assumida pelo Estado brasileiro no Sistema Internacional entre 1995 e 2010.

Por si só, tal intento é digno de nota, na medida em que a utilização do referido arcabouço interpretativo nas análises sobre política externa é pouco comum, no Brasil e alhures. Adicionalmente, ao cumprir o desafio de maneira convincente, a autora logra sustentar uma linha de raciocínio que nos oferece elementos úteis para compreender, entre outras situações, as rupturas experimentadas na inserção internacional brasileira ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Destarte, ao demonstrar as variações impressas à prática da política externa exercida pelo Brasil, refuta-se algo aventado por um conjunto representativo de análises sobre a política brasileira contemporânea: o

* Professor do curso de graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: pedrohenrique@ie.ufu.br.

suposto continuísmo atribuído ao governo liderado por Lula em relação aos anos em que Cardoso esteve à frente do Poder Executivo.

Para aferir e analisar tais transformações, Berringer detalha as alterações ocorridas no *modus operandi* do capitalismo brasileiro, o qual, após uma fase pronunciadamente neoliberal sedimentada ao longo da década de 1990, é reformado a partir de iniciativas de natureza neodesenvolvimentistas, as quais caracterizariam os dois mandatos de Lula.

Tais alterações decorrem, segundo a autora, de modificações no “bloco no poder” estabelecido no Estado brasileiro, o qual passa a ser hegemônico pela grande burguesia interna, sendo essa fração de classe a que “ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional” (p.24). No âmbito nacional, tal grupo é composto por grupos econômicos de capital, majoritariamente, nacional, além de empresas estatais e, em menor escala, empresas multinacionais aqui estabelecidas.

Ao apoiar-se no conceito de “bloco no poder” elaborado por Nicos Poulantzas para indicar a relação existente entre classes e frações de classes dominantes e o Estado, o trabalho inova ao conceber a política externa como a extensão dos interesses da fração hegemônica do bloco no poder no cenário internacional. Cumpre ressaltar que, ao optar por tal referencial teórico, a autora rompe com o paradigma clássico de análise das Relações Internacionais, o qual tende a perceber o Estado como uma instituição homogênea que, legitimamente, representaria a nação no Sistema Internacional. Em oposição, e a partir da expressa influência dos conceitos esboçados pelo filósofo e sociólogo grego, Berringer imputa ao Estado o papel de instância de representação não do “interesse nacional”, mas sim das demandas firmadas pelo bloco no poder e, em especial, pelo grupo organizado que o hegemoniza. Nesse sentido, ao retomar Poulantzas, a autora indica que “a fração hegemônica controla, influi e se beneficia das políticas governamentais e atua encarnando o interesse geral do povo-nação, e condiciona, por isso mesmo, uma aceitação específica de sua dominação por parte das classes dominadas” (p.64).

No contexto pátrio, a emergência da chamada “frente política neodesenvolvimentista” – que, na hipótese aventada pela obra, logrou, ao longo da década passada, se sobrepor ao então dominante “grande capital internacional” – fez que a política externa brasileira passasse da tendência à subordinação passiva experimentada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso para uma postura de subordinação conflitiva ao imperialismo no decorrer dos mandatos de Lula. Sobre as particularidades da inserção internacional brasileira levada a cabo durante os dois mandatos de FHC, em especial durante o período em que Celso Lafer atuou como ministro das Relações Exteriores (2001-2002), Berringer é taxativa: “[A gestão Lafer] foi bastante conturbada e contribuiu para aprofundar as críticas e insatisfações domésticas em relação à política externa dos governos FHC [...] Sustentamos que a posição do Estado brasileiro de subordinação aos Estados Unidos se tornou ainda mais explícita” (p.132).

Assim, de um posicionamento que, naquele primeiro momento, priorizou o atendimento às demandas do capital financeiro nacional e internacional, passou-se a adotar, como consequência direta da alteração havida no interior do bloco no poder, posições contrárias, por exemplo, às medidas de irrestrita liberalização econômica até então firmadas como orientação central da política externa.

Segundo Berringer, tal alteração de comportamento materializa-se quando, a partir de 2003, se estabelecem internacionalmente por parte das instituições de representação brasileiras algumas diretrizes tão importantes quanto claras: o amplo apoio econômico e diplomático oferecido aos líderes latino-americanos eleitos a partir de propostas e bandeiras antineoliberais, tais como o governo bolivariano de Hugo Chávez na Venezuela e o projeto político levado a cabo por Evo Morales, o qual engendrou a construção do Estado Plurinacional boliviano; e, também, a absorção, mesmo que não de forma prioritária, de demandas e interesses dos movimentos sociais e populares brasileiros na política de poder firmada no Sistema Internacional, como ficou expresso, por exemplo, no rechaço do governo Lula à proposta estadunidense de estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A partir de tais parâmetros, a autora traça as mais marcantes características estabelecidas pela política externa de Lula: “A atuação internacional do Estado brasileiro se pautou nas relações com os Estados dependentes por intermédio da criação de coalizões, no adensamento do processo de integração da América do Sul, e na postura crítica à assimetria de poder” (p.163).

Priorizou-se, assim, o fortalecimento das relações diplomáticas, políticas e comerciais com os Estados emergentes e em desenvolvimento – as chamadas “relações Sul-Sul” –, o que, em contrapartida, gerou descompassos pontuais com as forças e interesses imperialistas. Tendo em vista tais desdobramentos, e conforme a própria autora conclui, a leitura atenta da obra comprova que “a política externa foi um importante instrumento tanto do neoliberalismo ortodoxo instalado pelos governos FHC quanto da plataforma neodesenvolvimentista levada a cabo pelos governos Lula” (p.219).

Essa reflexão derradeira, por sua vez, lança as bases para o acompanhamento crítico do período histórico que sucede o marco temporal abarcado pelo livro de Berringer. Surge daí uma problemática, no mínimo, instigante: em que medida a atual crise do capitalismo mundial – que, em grande medida, coloca em xeque as estruturas do projeto neodesenvolvimentista – impactará a configuração do bloco no poder e, conseqüentemente, a formulação e a prática hodierna da política externa brasileira? Certamente, a resposta a esta alteração da conjuntura político-econômica se apresenta como um importante e desafiador componente não só da agenda de pesquisa desenvolvida por Berringer como, também, dos demais estudos críticos que se ocupam da análise da política externa de nosso país.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Análise marxista da crise
João Quartim de Moraes

Conselhismo e democracia
Luciano Martorano

Ecosocialismo
Michael Löwy

A institucionalidade financeira
Nelson Alves

Debate: um novo salariado?
G. Dumenil, J. Lojkine e M. Vakaloulis

28